

# **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

**Tuper S.A.**

31 de dezembro de 2018 e 2017  
Com o relatório do auditor independente



**Building a better  
working world**

## **Tuper S.A.**

### Demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2018 e 2017

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....1

#### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	14



Edifício Califórnia Center  
Rua Dr. Amadeu da Luz, 100  
8º Andar - Conj. 801 - Centro  
89010-910 - Blumenau, SC, Brasil

Tel: (5547) 2111- 0700  
Fax: (5547) 2111- 0719  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Tuper S.A.**  
São Bento do Sul (SC)

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tuper S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tuper S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com instituições financeiras, os quais contêm cláusulas de compromissos sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“*debt covenants*”), e que são aferidos periodicamente. Em 31 de dezembro de 2018, alguns desses *covenants* não foram atendidos. Desta forma, de acordo com os contratos mantidos com às instituições financeiras, os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures poderiam ser requeridos a serem pagos de imediato. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) determinam que tais dívidas, nestas circunstâncias, sejam reclassificadas do passivo não circulante para o passivo circulante. A Companhia optou por não proceder tal reclassificação e, desta forma, em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante estava subavaliado e o passivo não circulante estava superavaliado em R\$181.049 mil (R\$228.048 mil em 31 de dezembro de 2017).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 72.425 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e que naquela data o passivo circulante excedeu o ativo circulante individual e consolidado em R\$ 198.561 mil e R\$ 195.920 mil, respectivamente, sem considerar o assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”. Adicionalmente, conforme divulgado nessa nota explicativa, em 19 de dezembro de 2017, a Companhia havia ingressado com pedido de homologação de um plano de recuperação extrajudicial no Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme previsto nos artigos 162 e 163 da Lei 11.101/05, tendo a homologação do plano ocorrido em 23 de abril de 2018 e certidão de trânsito em julgado datada em 26 de junho de 2018. Entretanto, até que suas operações se tornem rentáveis, o que depende do sucesso das medidas adotadas pela Administração para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial, a Companhia dependerá do suporte financeiro de terceiros para financiar suas operações conforme descrito na referida nota explicativa.

Essas condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos, inclusive no que se refere aos créditos tributários diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no montante de R\$ 130.715 mil e os créditos a receber com partes relacionadas no montante de R\$ 177.473 mil, ambos em 31 de dezembro de 2018, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva” e “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### Recuperabilidade de ágio e ativos imobilizados

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, a Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade (teste de *impairment*) dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, tais como o ágio por rentabilidade futura. Por sua vez, os bens do ativo imobilizado são sujeitos a teste de *impairment* quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser totalmente recuperável. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo relacionado ao ágio totalizava R\$ 117.227 mil e o saldo líquido do imobilizado consolidado totalizava R\$ 405.622 mil e estão divulgados, respectivamente, nas notas explicativas 12 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria devido ao processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas tais como: determinação da unidade geradora de caixa, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, percentuais de crescimento dos mercados e rentabilidade de seus negócios para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria consistiram, entre outros, na revisão das projeções de fluxos de caixa futuros preparadas pela Administração, incluindo a avaliação da metodologia e do modelo utilizados; na análise da consistência das principais premissas e dados utilizados em comparação às perspectivas de mercado; e a análise das divulgações realizadas nas notas explicativas 12 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Estes procedimentos foram realizados com o auxílio de nossos especialistas em avaliação.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ágio e dos ativos imobilizados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na elaboração das projeções que suportam a análise de recuperação do ágio e dos ativos imobilizados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 12 e 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos, relacionados a temas tributários, cíveis e trabalhistas, conforme divulgado nas notas explicativas 15 e 16. Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, a Companhia constituiu provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 41.872 mil e R\$ 43.414 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018. Para as demandas cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, no montante de R\$ 313.600 mil e R\$ 314.279 mil, respectivamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia realizou divulgação em nota explicativa.

Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas, bem como ao fato de que a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportada por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos; inspeção de atas; discussões com a Administração e com seus assessores jurídicos sobre a evolução das principais causas, com o suporte de nossos especialistas da área tributária; e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as estimativas preparadas pela Administração na determinação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 15 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Building a better  
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 27 de março de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ghidini Neto', written over a faint grid background.

Guilherme Ghidini Neto  
Contador CRC-RS067795/O-5

## Tuper S.A.

Balancos Patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	317	3.341	529	4.759
Aplicações financeiras	5	34.859	16.618	35.648	24.372
Contas a receber	6	151.018	114.316	162.681	117.972
Estoques	7	97.744	82.953	103.989	88.208
Impostos a recuperar	8	19.493	12.916	19.597	13.303
Dividendos a receber	9	-	2.611	-	-
Outros créditos		787	732	860	793
Despesas antecipadas		1.570	1.938	1.591	1.956
Total ativo circulante		<b>305.788</b>	235.425	<b>324.895</b>	251.363
Ativo não circulante					
Contas a receber	6	806	1.275	806	1.287
Impostos a recuperar	8	1.892	2.793	1.892	2.793
Impostos diferidos	22.b	66.346	68.556	66.346	68.556
Depósitos judiciais	16	2.037	4.646	2.153	4.914
Créditos com partes relacionadas	17	177.473	177.473	177.473	177.473
Outros créditos		452	420	452	420
		<b>249.006</b>	255.163	<b>249.122</b>	255.443
Propriedade para investimentos	10	2.891	2.891	2.891	2.891
Investimentos em controladas	9	792	792	-	-
Outros investimentos		10	10	10	10
Imobilizado	11	405.017	425.531	405.622	426.271
Intangível	12	131.110	134.155	131.110	134.156
		<b>539.820</b>	563.379	<b>539.633</b>	563.328
Total ativo não circulante		<b>788.826</b>	818.542	<b>788.755</b>	818.771
Total do ativo		<b>1.094.614</b>	1.053.967	<b>1.113.650</b>	1.070.134

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	13	<b>205.604</b>	223.310	<b>206.361</b>	224.132
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	<b>232.590</b>	222.976	<b>252.122</b>	233.445
Obrigações sociais		<b>14.849</b>	19.898	<b>15.690</b>	20.805
Obrigações tributárias		<b>3.747</b>	2.694	<b>5.140</b>	4.042
Parcelamentos tributários	15	<b>16.005</b>	9.614	<b>16.383</b>	9.932
Adiantamento de clientes		<b>16.018</b>	11.755	<b>7.834</b>	11.401
Outras obrigações		<b>15.536</b>	12.918	<b>17.285</b>	14.161
Total passivo circulante		<b>504.349</b>	503.165	<b>520.815</b>	517.918
Passivo não circulante					
Fornecedores	13	<b>91.941</b>	13.827	<b>91.951</b>	13.827
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	<b>356.747</b>	317.832	<b>356.747</b>	317.832
Obrigações tributárias		<b>784</b>	706	<b>784</b>	706
Parcelamentos tributários	15	<b>54.895</b>	59.989	<b>55.913</b>	60.533
Provisão para contingências	16	<b>41.872</b>	41.997	<b>43.414</b>	42.867
Total passivo não circulante		<b>546.239</b>	434.351	<b>548.809</b>	435.765
Total do passivo		<b>1.050.588</b>	937.516	<b>1.069.624</b>	953.683
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	<b>175.000</b>	175.000	<b>175.000</b>	175.000
Ajustes de avaliação patrimonial	18.b	<b>37.262</b>	39.794	<b>37.262</b>	39.794
Prejuízos acumulados		<b>(168.236)</b>	(98.343)	<b>(168.236)</b>	(98.343)
Total do patrimônio líquido		<b>44.026</b>	116.451	<b>44.026</b>	116.451
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>1.094.614</b>	1.053.967	<b>1.113.650</b>	1.070.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Tuper S.A.

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	19	<b>905.092</b>	768.525	<b>988.466</b>	840.367
Custos dos produtos/serviços vendidos	20	<b>(749.796)</b>	(641.172)	<b>(779.282)</b>	(666.798)
Lucro bruto		<b>155.296</b>	127.353	<b>209.184</b>	173.569
Despesas com vendas	20	<b>(95.994)</b>	(84.551)	<b>(118.543)</b>	(104.601)
Despesas gerais e administrativas	20	<b>(26.369)</b>	(40.700)	<b>(27.390)</b>	(42.003)
Outras receitas e despesas, líquidas	20 / 21	<b>(6.549)</b>	(50.125)	<b>(7.483)</b>	(50.854)
Equivalência patrimonial	9	<b>21.040</b>	23.337	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<b>47.424</b>	(24.686)	<b>55.768</b>	(23.889)
Receitas financeiras	22	<b>33.944</b>	32.893	<b>34.237</b>	34.098
Despesas financeiras	22	<b>(150.893)</b>	(125.796)	<b>(155.567)</b>	(128.448)
Prejuízo antes dos impostos		<b>(69.525)</b>	(117.589)	<b>(65.562)</b>	(118.239)
Imposto de renda e contribuição social correntes	23.a	-	-	<b>(3.959)</b>	(3.381)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.a	<b>(2.900)</b>	29.683	<b>(2.904)</b>	33.714
Prejuízo do exercício		<b>(72.425)</b>	(87.906)	<b>(72.425)</b>	(87.906)
Prejuízo por ação, básico e diluído - em reais	25	<b>(185,63)</b>	(225,31)	<b>(185,63)</b>	(225,31)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Tuper S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	<b>(72.425)</b>	(87.906)	<b>(72.425)</b>	(87.906)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	<b>(72.425)</b>	(87.906)	<b>(72.425)</b>	(87.906)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Tuper S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social integralizado</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	175.000	42.646	(13.289)	204.357
Prejuízo do exercício	-	-	(87.906)	(87.906)
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	(2.852)	2.852	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	175.000	39.794	(98.343)	116.451
Prejuízo do exercício	-	-	<b>(72.425)</b>	<b>(72.425)</b>
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	<b>(2.532)</b>	<b>2.532</b>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<b>175.000</b>	<b>37.262</b>	<b>(168.236)</b>	<b>44.026</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Tuper S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos sobre resultado	<b>(69.525)</b>	(117.589)	<b>(65.562)</b>	(118.239)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:				
Depreciação e amortização	<b>27.703</b>	29.502	<b>27.921</b>	29.739
Equivalência patrimonial	<b>(21.040)</b>	(23.337)	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	<b>(74)</b>	(65)	<b>(74)</b>	(65)
Provisão de juros e variação cambial, sobre empréstimos, mútuos, fornecedores e impostos	<b>85.068</b>	74.673	<b>87.548</b>	75.069
Provisão para contingências	<b>(125)</b>	15.690	<b>547</b>	16.325
Provisão para perdas com outros ativos	<b>(881)</b>	7.094	<b>(739)</b>	7.185
Provisão para perdas com impairment	-	10.750	-	10.750
Baixas do ativo permanente e outros investimentos	<b>386</b>	1.892	<b>406</b>	2.093
Variações nos ativos e passivos:				
Redução/(aumento) das contas a receber	<b>(36.164)</b>	(48.456)	<b>(44.301)</b>	(47.100)
Redução/(aumento) dos estoques	<b>(13.979)</b>	(22.120)	<b>(14.969)</b>	(24.570)
Redução/(aumento) dos impostos a recuperar	<b>(5.676)</b>	12.371	<b>(5.393)</b>	12.152
Redução/(aumento) de outros ativos	<b>2.890</b>	(431)	<b>3.028</b>	(557)
Aumento/(redução) de fornecedores	<b>51.106</b>	23.874	<b>51.051</b>	24.032
Aumento/(redução) de obrigações sociais	<b>(5.196)</b>	(4.729)	<b>(5.262)</b>	(5.007)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	<b>1.415</b>	16.575	<b>1.988</b>	17.674
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	<b>(3.959)</b>	(3.381)
Aumento/(redução) de outros passivos	<b>6.881</b>	15.245	<b>(443)</b>	15.588
Fluxo de caixa originado de (aplicado nas) atividades operacionais	<b>22.789</b>	(9.061)	<b>31.787</b>	11.688
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos	<b>23.650</b>	23.791	-	-
Redução/(aumento) partes relacionadas	-	(151)	-	(568)
Aquisição de imobilizado	<b>(4.430)</b>	(2.530)	<b>(4.532)</b>	(2.549)
Aquisição de intangível	<b>(100)</b>	(35)	<b>(100)</b>	(35)
Aplicação financeira	<b>(18.167)</b>	6.958	<b>(11.202)</b>	1.640
Fluxo de caixa originado de (aplicado nas) atividades de investimento	<b>953</b>	28.033	<b>(15.834)</b>	(1.512)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	<b>557.943</b>	402.282	<b>684.234</b>	415.107
Amortização de empréstimos e financiamentos	<b>(526.153)</b>	(374.289)	<b>(645.861)</b>	(377.545)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>(58.556)</b>	(46.800)	<b>(58.556)</b>	(46.858)
Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento	<b>(26.766)</b>	(18.807)	<b>(20.183)</b>	(9.296)
Varição líquida do caixa e valores equivalentes	<b>(3.024)</b>	165	<b>(4.230)</b>	880
Caixa e valores equivalentes no início do exercício	<b>3.341</b>	3.176	<b>4.759</b>	3.879
Caixa e valores equivalentes no fim do exercício	<b>317</b>	3.341	<b>529</b>	4.759
Varição líquida do caixa e valores equivalentes	<b>(3.024)</b>	165	<b>(4.230)</b>	880
Atividades que não afetam o caixa:				
Transferência do estoque para o imobilizado	-	(1.816)	-	(1.816)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

Fundada em 1972, a TUPER S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede social em São Bento do Sul, Santa Catarina, Brasil. A TUPER S.A. controla 7 subsidiárias integrais, doravante coletivamente denominadas “TUPER” ou “Grupo”.

Com 47 anos de atuação, a TUPER figura entre as principais processadoras de aço do Brasil. Seu parque fabril encontra-se instalado em Santa Catarina e tem capacidade para processar mais de 800 mil toneladas de aço por ano. Com cerca de 1.600 profissionais e 19 pontos de distribuição em todo território nacional, a Companhia atua em diferentes setores estratégicos da economia, como: automotivo, industrial, agronegócios, construção civil e óleo e gás.

#### Portfólio de produtos e foco de atuação

A TUPER conta com um amplo portfólio de produtos, que contempla, tubos de aço carbono pretos e galvanizados para aplicações industriais, estruturais e de condução; tubos API; eletrodutos galvanizados; perfis estruturais metálicos; peças e componentes automotivos; sistemas de exaustão para veículos originais; escapamentos, catalisadores e ponteiras para o mercado automotivo de reposição; sistemas de coberturas metálicas; lajes nervuradas; escoras metálicas; andaimes. A evolução da sua linha de produtos acompanha as tendências do mercado e atende às mais exigentes normas nacionais e internacionais.

Atenta às oportunidades e demandas de mercado, a TUPER contribui de forma significativa para impulsionar o setor do aço. Integra também o Comitê de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e conta com premiações e o reconhecimento dos principais setores em que atua.

#### Medidas de equacionamento econômico e financeiro

O exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentou melhora nos níveis operacionais e crescimento do faturamento em relação aos exercícios anteriores. O prejuízo apresentado no exercício de 2018 de R\$ 72.425 e o capital circulante negativo no valor de R\$ 198.561 e R\$ 195.920, respectivamente individual e consolidado, são atribuídos principalmente a restrição de crédito do mercado em geral, no contexto da atual situação econômica do país, impactando diretamente nas vendas.

Diante desse contexto, a TUPER mantém o seu plano de reestruturação e fortalecimento que inclui várias ações, dentre as quais podemos destacar:

- Repactuação da dívida, buscando redução da taxa de juros e alongamento do prazo de vencimento dos recursos de terceiros;

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais--Continuação

#### Medidas de equacionamento econômico e financeiro--Continuação

- Adequação da estrutura de capital, com a entrada de parceiro estratégico;
- Redução de custos e despesas, incluindo corte de pessoal e renegociação dos contratos com terceiros, procurando ajustar a Companhia ao novo ritmo de atividade;
- Reestruturação organizacional, incluindo gestão financeira compartilhada com o novo parceiro estratégico;
- Ampliação de novas linhas de crédito para capital de giro, retornando assim a capacidade plena de atendimento de seus clientes; e
- Desenvolvimento das exportações de tubos API para o segmento de Óleo e Gás.

#### Estrutura de capital

Em 6 de outubro de 2016 a TUPER S.A. e a ArcelorMittal Brasil S.A., por meio da subsidiária Armar Comércio Importação e Exportação Ltda., oficializaram a associação estratégica que contempla a capitalização de créditos financeiros em capital correspondente à 40% das ações da TUPER.

A associação estratégica trouxe vantagens para as duas companhias e também possibilitou fortalecimento do mercado nacional por meio do desenvolvimento de produtos competitivos, inovadores, de alta qualidade e valor agregado. Nesta configuração, a ArcelorMittal Brasil terá um parceiro estratégico com grande consumo de bobinas laminadas e galvanizadas produzidas nas unidades ArcelorMittal Tubarão, localizada em Serra (ES), e ArcelorMittal Vega, em São Francisco do Sul (SC). Por sua vez, a TUPER ganhou maior segurança no abastecimento da matéria-prima, visto que as companhias firmaram acordo de fornecimento das matérias-primas produzidas pela ArcelorMittal. Essa combinação resulta na continuidade do atendimento efetivo e pleno aos clientes, tanto no mercado interno como no externo.

#### Reestruturação financeira

Em linha com o processo de reestruturação financeira, a TUPER fechou com êxito a renegociação de maior parte de sua dívida com seus credores, mediante a proposta de um plano de recuperação extrajudicial, que visa garantir a estabilização financeira da Companhia, em razão da diminuição de pagamento de juros e o aumento do prazo de pagamento de seus débitos.

## **TUPER S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

#### Reestruturação financeira--Continuação

As condições estabelecidas de comum acordo asseguram a liquidez financeira e a normalidade das operações da TUPER, contribuindo com a retomada do seu ciclo produtivo e favorecendo um fluxo de caixa que suporta o cronograma de pagamentos estabelecido entre as partes.

Em 23 de abril de 2018, ocorreu a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme previsto nos arts. 162 e 163 da Lei 11.101/05, abrangendo todos os credores constantes na proposta, visto que foi aprovado por credores que representam mais de 3/5 (três quintos) de todos os créditos de cada espécie por ele alcançados, em cumprimento ao disposto na Lei de Recuperação Extrajudicial. Em 26 de junho de 2018, houve emissão de certidão de trânsito em julgado da decisão que homologou o plano, restando cumprida por parte da TUPER todas as etapas legais necessárias a aprovação do plano pela Justiça.

Os impactos do plano de recuperação extrajudicial foram contabilizados conforme as partes celebravam os aditivos aos contratos de empréstimos e financiamentos, debenturistas e alguns fornecedores, conseqüentemente houve a reclassificação de valores do passivo circulante para o passivo não circulante nestas rubricas, cujos montantes encontram-se divulgados nas notas explicativas 13 e 14. Os impactos apurados após a efetiva homologação do plano de recuperação extrajudicial, foram registrados no resultado do exercício corrente, na rubrica do resultado financeiro, e totalizaram aproximadamente R\$ 3 milhões.

A Administração está confiante que os resultados das ações que vêm sendo tomadas darão grande impulso ao desenvolvimento sustentável da TUPER, fortalecendo a Companhia e assim contribuindo para retomada de sua lucratividade e do equilíbrio de seu capital circulante.

### **2. Resumo das principais políticas contábeis**

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de demonstração, por não existir diferença das demonstrações financeiras individuais e consolidadas entre o patrimônio líquido e resultados atribuíveis aos acionistas da controladora.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e sua emissão foi aprovada pela Diretoria em 27 de março de 2019.

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. A Companhia adotou todas as normas vigentes em 31 de dezembro de 2018 em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

#### 2.1 Bases para preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

#### 2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Tuper S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas a seguir:

Razão social	País Sede	Relação	% de participação	
			31/12/2018	31/12/2017
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – DF	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – RS	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – SC	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – MG	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora Prod. Metal S.A. – DF	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora de Escapamentos S.A – SP	Brasil	Direta	100,00%	100,00%
Tuper Distribuidora de Autopeças S.A. – MT	Brasil	Direta	100,00%	100,00%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pela CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

## **TUPER S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.2 Base de consolidação--Continuação**

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem os seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
  - (i) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
  - (ii) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.
- O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

## **TUPER S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.3 Investimentos nas demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

#### **2.4 Moeda funcional e transações em moedas estrangeiras**

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em reais (R\$), moeda funcional da Companhia, definida por esta devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

#### **2.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

##### Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

##### *a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros*

Ativos financeiros são reconhecidos e mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### Ativos financeiros--Continuação

##### b) *Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo.

##### Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

##### a) *Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

##### b) *Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.6 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratual. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas no exercício.

### 2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio. Em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecida uma perda por *impairment* no valor de R\$ 10.750 relativa ao ágio registrado na unidade geradora de caixa Escapamentos. Para os demais ativos não foi identificada necessidade de provisão para impairment. Para 31 de dezembro de 2018, nenhum valor adicional de *impairment* foi reconhecido pela Administração.

## **TUPER S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.8 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos da data do investimento.

#### **2.9 Contas a receber**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e pela provisão para perdas, quando necessário.

#### **2.10 Estoques**

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

#### **2.11 Propriedades para investimento**

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio. As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a Companhia e suas controladas também mensuram, somente para efeitos de divulgação, tais propriedades pelo método de valor justo.

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.12 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo método do custo deduzido da respectiva depreciação e perdas por impairment, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções que não geram aumento no benefício econômico futuro, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### 2.13 Intangível

#### Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível" nas Demonstrações Financeiras. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

#### Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

## **TUPER S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.13 Intangível--Continuação**

##### Desenvolvimento de projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos são capitalizados se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período do benefício econômico futuro. Gastos com pesquisa são registrados como despesas quando incorridos.

#### **2.14 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

#### **2.15 Empréstimos e financiamentos**

##### Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

##### Debêntures

As debêntures emitidas foram registradas pelo seu valor líquido recebido, deduzidos os custos com transações utilizadas na captação dos recursos, sendo que os custos serão amortizados e os encargos financeiros reconhecidos como despesas financeiras no resultado durante o período de vigência das debêntures.

## **TUPER S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.15 Empréstimos e financiamentos--Continuação**

##### Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

##### Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### **2.16 Provisões**

##### Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **TUPER S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.16 Provisões--Continuação**

##### Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos com riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão, nem divulgação.

#### **2.17 Imposto de Renda e Contribuição Social**

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o Lucro Tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a despesa de imposto de renda e contribuição social é impactada pela adoção, em diversas das controladas, do sistema de apuração com base no lucro presumido, conforme legislação fiscal Brasileira.

## **TUPER S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.18 Impostos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

#### **2.19 Reconhecimento da receita de vendas**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### Venda de produtos e serviços

A receita de venda de mercadoria é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua realização.

#### **2.20 Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e em seus respectivos atos societário. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

## **TUPER S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018**

Alguns pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício de 2018.

##### CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente

Esta norma introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e como a receita é mensurada. O novo modelo tem como princípio fundamental reconhecer a receita de modo que retrate a transferência de bens ou de serviços aos clientes por um valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca dos referidos bens ou serviços. O CPC 47 substitui a norma até então aplicada para o reconhecimento de receita, CPC 30 - Receitas.

A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia e suas controladas adotaram o CPC 47 / IFRS 15, porém as alterações não apresentaram impacto relevante sobre o patrimônio e resultado do exercício.

##### CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A norma contempla temas como classificação, mensuração, impairment e contabilização de hedge, visto que estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia e suas controladas adotaram os novos requerimentos de classificação, porém não tiveram impacto relevante na contabilização dos respectivos ativos e passivos financeiros.

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. A Companhia entende que o seu modelo atual para avaliação de impairment de ativos financeiros e ativos contratuais é adequado para refletir perdas esperadas na realização dos seus ativos.

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.22. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

Novas normas ou alterações de normas que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

##### CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2), estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo de balanço, similar à contabilização dos arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R1), sendo efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019, data que a Companhia optou por adotar a nova norma, pelo método retrospectivo modificado. A Companhia pretende utilizar as isenções relacionadas a contrato de curto prazo e bens de baixo valor.

A Companhia realizou a avaliação dos impactos desta nova norma nas suas demonstrações financeiras, sendo que no balanço patrimonial o impacto inicial de adoção é de aproximadamente R\$ 17.900 no ativo, com contrapartida no passivo circulante de R\$ 4.800 e no passivo não circulante de R\$ 13.100. A natureza dos contratos é substancialmente de aluguéis de imóveis.

### 3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras .

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, e a capacidade de recuperabilidade dos ativos permanentes (*impairment*), realização do ativo fiscal diferido, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Julgamento e uso de estimativas contábeis--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos trimestralmente.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são revisadas no mínimo anualmente, incluindo análise de sensibilidade.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

## **TUPER S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Julgamento e uso de estimativas contábeis--Continuação**

#### Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros--Continuação

Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Constituição de provisão para perdas nos estoques;
- d) Realização dos créditos com partes relacionadas.

### **4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- Ativos ao custo amortizado: São classificados como ativos ao custo amortizado os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros--Continuação

- Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado: As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros se aproximam aos valores contábeis. Os instrumentos financeiros em sua maioria são valorizados por técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável (Nível 2), em alguns casos, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível são empregadas (Nível 3).

A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

#### Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2018 a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, expostos a variáveis de taxas de juros e a índices de reajustes da Companhia e de suas controladas, e os seus respectivos impactos no resultado de um ano estão abaixo demonstrados. A sensibilidade leva em consideração a definição de dois cenários adicionais, com uma deterioração de 25% (cenário possível) e outra de 50% (cenário remoto) aplicada sobre a parcela exposta a taxa variável considerada no cenário provável, conforme segue:

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros--Continuação

#### Riscos de taxas de juros--Continuação

Operação	Indexador	Saldo em 31/12/2018	Consolidado		
			Receita (Despesa) com juros		
			Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Equivalente de caixa e Aplicações financeiras	6,4%	<b>35.648</b>	2.281	2.852	3.422
Capital de giro em moeda nacional	15,68%	<b>(166.601)</b>	(26.123)	(28.805)	(31.471)
Capital de giro em moeda estrangeira	7,95%	<b>(38.073)</b>	(1.009)	(1.261)	(1.513)
Financiamentos em moeda nacional	10,59%	<b>(216.307)</b>	(19.987)	(22.030)	(24.073)
Financiamentos em moeda estrangeira	5,79%	<b>(75.157)</b>	(4.268)	(5.335)	(6.402)
Debêntures em moeda nacional	10,39%	<b>(112.731)</b>	(11.164)	(12.875)	(14.586)
Saldo líquido		<b>(573.221)</b>	(60.270)	(67.454)	(74.623)

#### Riscos de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas também estão expostas ao risco de taxa de câmbio nas operações de captação de recursos indexadas a moeda estrangeira. Para reduzir esse risco, a administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia está exposta a USD 29.222 relacionado a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, equivalente a R\$ 113.230 na posição consolidada, sendo todo montante na moeda dólar americano.

#### Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

#### Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros--Continuação

#### Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	10	2	10	2
Bancos conta movimento	307	3.302	519	3.477
Aplicações financeiras	-	37	-	1.280
Total de caixa e equivalentes	<b>317</b>	<b>3.341</b>	<b>529</b>	<b>4.759</b>
Aplicações financeiras	<b>34.859</b>	16.618	<b>35.648</b>	24.372
Total de aplicações financeiras	<b>34.859</b>	16.618	<b>35.648</b>	24.372

Em 31 de dezembro de 2018 as aplicações financeiras são, substancialmente, representadas por CDBs remunerados por taxas de 97,5% a 100% do CDI, sem alterações com relação a 31 de dezembro de 2017. Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo a característica da aplicação na instituição financeira.

Em regra geral, as aplicações financeiras relacionadas no grupo de caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa de rendimentos. As demais aplicações financeiras mantêm a finalidade de cumprimento de garantia em contratos firmados com instituições financeiras.

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cientes terceiros	<b>160.120</b>	121.064	<b>182.615</b>	138.634
Partes relacionadas (nota 17.a)	<b>9.907</b>	13.289	<b>737</b>	907
Contas a receber	<b>170.027</b>	134.353	<b>183.352</b>	139.541
Venda para entrega futura	<b>(38)</b>	(528)	<b>(38)</b>	(528)
Provisão para perdas	<b>(18.165)</b>	(18.234)	<b>(19.827)</b>	(19.754)
Total do contas a receber	<b>151.824</b>	115.591	<b>163.487</b>	119.259
Parcela circulante	<b>151.018</b>	114.316	<b>162.681</b>	117.972
Parcela não circulante	<b>806</b>	1.275	<b>806</b>	1.287
<b>Aging-list contas a receber</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Vencidos há mais de 365 dias	<b>19.022</b>	18.521	<b>20.573</b>	19.930
Vencidos entre 180 e 365 dias	<b>858</b>	1.331	<b>966</b>	1.441
Vencidos até 180 dias	<b>2.554</b>	7.250	<b>3.220</b>	8.208
Total	<b>22.434</b>	27.102	<b>24.759</b>	29.579
A vencer em até 90 dias	<b>145.531</b>	104.610	<b>156.252</b>	107.279
A vencer entre 90 e 180 dias	<b>1.011</b>	1.065	<b>1.248</b>	1.089
A vencer acima de 180 dias	<b>1.051</b>	1.576	<b>1.093</b>	1.594
Contas a receber de clientes	<b>170.027</b>	134.353	<b>183.352</b>	139.541
<b>Movimentação da provisão para perdas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo anterior	<b>(18.234)</b>	(16.021)	<b>(19.754)</b>	(17.450)
Reversão de provisão	<b>2.428</b>	2.373	<b>2.508</b>	2.447
Constituição de provisão	<b>(2.359)</b>	(4.586)	<b>(2.581)</b>	(4.751)
Saldo provisão para perdas	<b>(18.165)</b>	(18.234)	<b>(19.827)</b>	(19.754)

Em 31 de dezembro de 2018 os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por contas a receber de clientes, no valor de R\$ 77.904.

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	<b>32.697</b>	37.322	<b>33.673</b>	37.943
Produtos em elaboração	<b>29.991</b>	16.919	<b>29.991</b>	16.919
Matérias primas	<b>24.523</b>	20.785	<b>24.546</b>	20.798
Material em poder de terceiros	<b>2.809</b>	2.715	<b>2.809</b>	2.715
Produtos para revenda	<b>825</b>	696	<b>6.052</b>	5.300
Almoxarifado	<b>10.733</b>	9.068	<b>10.752</b>	9.085
Outros estoques	<b>416</b>	510	<b>416</b>	510
Provisão para perda de estoque	<b>(4.250)</b>	(5.062)	<b>(4.250)</b>	(5.062)
Total dos estoques	<b>97.744</b>	82.953	<b>103.989</b>	88.208

Movimentação da provisão para perda de estoque	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo anterior	<b>(5.062)</b>	(181)	<b>(5.062)</b>	(181)
Reversão (constituição) de provisão	<b>812</b>	(4.881)	<b>812</b>	(4.881)
Saldo provisão para perda de estoque	<b>(4.250)</b>	(5.062)	<b>(4.250)</b>	(5.062)

A provisão para perda de estoque em 2017 teve aumento em virtude da revisão do critério de estimativa da Companhia, levando em consideração as características observadas na realização dos estoques.

Em 31 de dezembro de 2018 os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por estoques, estimados em R\$ 88.598.

### 8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS	<b>8.931</b>	8.396	<b>8.984</b>	8.678
ICMS (Imobilizado)	<b>439</b>	179	<b>439</b>	179
ICMS ST a restituir	<b>128</b>	753	<b>128</b>	753
IPI	<b>4.533</b>	2.508	<b>4.533</b>	2.508
PIS/COFINS a recuperar	<b>5.976</b>	3.549	<b>5.976</b>	3.549
PIS/COFINS a recuperar (imobilizado)	<b>48</b>	64	<b>48</b>	64
Imposto de renda retido na fonte	<b>162</b>	25	<b>162</b>	25
Contribuições sociais retidas	<b>39</b>	21	<b>39</b>	21
Imposto de renda estimativa	<b>239</b>	-	<b>239</b>	-
Outros impostos a recuperar	<b>890</b>	214	<b>941</b>	319
Total de impostos a recuperar	<b>21.385</b>	15.709	<b>21.489</b>	16.096
Parcela circulante	<b>19.493</b>	12.916	<b>19.597</b>	13.303
Parcela não circulante	<b>1.892</b>	2.793	<b>1.892</b>	2.793

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Investimentos em controladas

Nome	País	% de participação		Patrimônio líquido		Resultado		Equivalência patrimonial		Valor patrimonial do investimento	
		31/12/2018	31/12/2017	12/2018	12/2017	12/2018	12/2017	12/2018	12/2017	12/2018	12/2017
TUPER Distr.de Autopeças S.A. - DF	Brasil	100,00%	100,00%	<b>120</b>	120	<b>1.720</b>	1.304	<b>1.720</b>	1.304	<b>120</b>	120
TUPER Distr.de Autopeças S.A. - RS	Brasil	100,00%	100,00%	<b>60</b>	60	<b>2.738</b>	2.941	<b>2.738</b>	2.941	<b>60</b>	60
TUPER Distr.de Autopeças S.A. - SC	Brasil	100,00%	100,00%	<b>60</b>	60	<b>3.361</b>	3.563	<b>3.361</b>	3.563	<b>60</b>	60
TUPER Distr.de Autopeças S.A. - MG	Brasil	100,00%	100,00%	<b>60</b>	60	<b>4.169</b>	4.914	<b>4.169</b>	4.914	<b>60</b>	60
TUPER Distr. Prod. Metal S.A. - DF	Brasil	100,00%	100,00%	<b>72</b>	72	<b>2.616</b>	2.719	<b>2.616</b>	2.719	<b>72</b>	72
TUPER Distr. de Escap. S.A - SP	Brasil	100,00%	100,00%	<b>360</b>	360	<b>3.532</b>	4.154	<b>3.532</b>	4.154	<b>360</b>	360
TUPER Distr.de Autopeças S.A. - MT	Brasil	100,00%	100,00%	<b>60</b>	60	<b>2.904</b>	3.742	<b>2.904</b>	3.742	<b>60</b>	60
				<b>792</b>	792	<b>21.040</b>	23.337	<b>21.040</b>	23.337	<b>792</b>	792

Por política interna, os lucros apresentados pelas empresas controladas, no momento de sua apuração, são distribuídos diretamente para a Controladora TUPER S.A., observando-se a constituição da reserva legal. Desta forma, o patrimônio líquido dessas controladas não apresentam movimentação patrimonial relativamente ao lucro auferido no exercício. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de dividendos a receber foi liquidado (R\$ 2.611 em 2017).

## TUPER S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Propriedades para investimentos

A Companhia mantém classificados, como propriedades para investimento terrenos e edificações que não estão em uso pela mesma, como também sem operação e com utilização ainda indeterminada. Essas propriedades estão registradas ao custo e apresentaram a seguinte movimentação:

	<u>Controladora Consolidado</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.634	2.812
Transferências do imobilizado	257	257
Baixas	-	(178)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.891</u>	<u>2.891</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><b>2.891</b></u>	<u><b>2.891</b></u>

A política contábil da Companhia é o registro pelo custo histórico, sendo o valor justo estimado em R\$ 6.610 (R\$ 5.762 em 31/12/2017), tendo como base estudo interno realizado pela Companhia, comparando imóveis semelhantes, para a data-base de 31/12/2018.

Em 31 de dezembro de 2018 os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos pelas propriedades para investimentos no montante de aproximadamente R\$ 2.891.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Imobilizado

	Controladora										
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipam.	Instalações	Matrizes	Comput.	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizado andamento	Total
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	3 a 40	10	2 a 25	5 a 10	10	2 a 5	3 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2016	20.385	112.143	249.906	20.929	31.059	2.517	9.038	864	590	1.168	448.599
Adições	-	-	530	9	182	142	25	695	11	936	2.530
Baixas	(370)	-	(78)	-	(19)	(14)	(356)	(801)	-	(254)	(1.892)
Transferências entre grupos	-	-	121	(8)	-	46	7	-	-	(166)	-
Transferências para propriedade para investimento	(257)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(257)
Transferências do estoque	-	-	1.579	-	237	-	-	-	-	-	1.816
Depreciação	-	(2.960)	(12.814)	(3.912)	(3.139)	(1.289)	(955)	(33)	(163)	-	(25.265)
Saldo em 31/12/2017	19.758	109.183	239.244	17.018	28.320	1.402	7.759	725	438	1.684	425.531
Adições	-	250	2.249	48	975	175	67	-	53	613	4.430
Baixas	-	(186)	(83)	(34)	-	(27)	(56)	-	-	-	(386)
Transferências entre grupos	-	-	868	(5)	-	195	6	-	3	(1.067)	-
Depreciação	-	(2.958)	(12.784)	(3.838)	(3.175)	(680)	(898)	(88)	(137)	-	(24.558)
Saldo em 31/12/2018	19.758	106.289	229.494	13.189	26.120	1.065	6.878	637	357	1.230	405.017

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Imobilizado--Continuação

	Consolidado										
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipam.	Instalações	Matrizes	Comput.	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizado andamento	Total
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	3 a 40	10	2 a 25	5 a 10	10	2 a 5	3 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2016	20.385	112.256	250.173	20.860	31.059	2.648	9.516	882	594	1.206	449.579
Adições	-	-	530	9	182	152	34	695	11	936	2.549
Baixas	(370)	-	(78)	-	(19)	(20)	(359)	(815)	-	(254)	(1.915)
Transferências entre grupos	-	19	(142)	244	-	49	34	-	-	(204)	-
Transferências para propriedade para investimento	(257)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(257)
Transferências do estoque	-	-	1.579	-	237	-	-	-	-	-	1.816
Depreciação	-	(2.966)	(12.815)	(3.959)	(3.139)	(1.354)	(1.066)	(37)	(165)	-	(25.501)
Saldo em 31/12/2017	19.758	109.309	239.247	17.154	28.320	1.475	8.159	725	440	1.684	426.271
Adições	-	250	2.250	62	975	221	107	-	54	613	4.532
Baixas	-	(186)	(82)	(34)	-	(27)	(77)	-	-	-	(406)
Transferências entre grupos	-	-	868	(5)	-	190	11	-	3	(1.067)	-
Depreciação	-	(2.965)	(12.786)	(3.884)	(3.175)	(734)	(1.005)	(88)	(138)	-	(24.775)
Saldo em 31/12/2018	<b>19.758</b>	<b>106.408</b>	<b>229.497</b>	<b>13.293</b>	<b>26.120</b>	<b>1.125</b>	<b>7.195</b>	<b>637</b>	<b>359</b>	<b>1.230</b>	<b>405.622</b>

Em 31 de dezembro de 2018 os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, no montante de aproximadamente R\$ 389.212.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Intangível

	Controladora				Total
	Ágio	Softwares	Desenv. produtos	Outros	
Vida útil estimada (em anos)	-	5 a 20	5 a 10	-	-
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	127.977	2.516	18.376	238	149.107
Adições	-	35	-	-	35
Provisão para impairment	(10.750)	-	-	-	(10.750)
Amortização	-	(837)	(3.400)	-	(4.237)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	117.227	1.714	14.976	238	134.155
Adições	-	100	-	-	100
Amortização	-	(623)	(2.522)	-	(3.145)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>117.227</b>	<b>1.191</b>	<b>12.454</b>	<b>238</b>	<b>131.110</b>

	Consolidado				Total
	Ágio	Softwares	Desenv. produtos	Outros	
Vida útil estimada (em anos)	-	5 a 20	5 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2016	127.977	2.518	18.376	238	149.109
Adições	-	35	-	-	35
Provisão para impairment	(10.750)	-	-	-	(10.750)
Amortização	-	(839)	(3.399)	-	(4.238)
Saldo em 31/12/2017	117.227	1.714	14.977	238	134.156
Adições	-	100	-	-	100
Amortização	-	(623)	(2.523)	-	(3.146)
Saldo em 31/12/2018	<b>117.227</b>	<b>1.191</b>	<b>12.454</b>	<b>238</b>	<b>131.110</b>

Em 25 de novembro de 2008 a Companhia registrou no ativo intangível um ágio no valor de R\$ 132.415 (R\$ 117.227 em 31 de dezembro de 2018), resultante do processo de aquisição da empresa Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda., que posteriormente teve seu nome empresarial alterado para Tuper Tecnologia e Energia Ltda., a qual foi incorporada pela Controladora, a sua unidade denominada Escapamentos, em 30 de novembro de 2012.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Intangível--Continuação

A Companhia realizou, através de avaliadores independentes, o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2018 para o ágio da unidade geradora de caixa Escapamentos. Os estudos concluíram que o valor recuperável desta unidade geradora foi de R\$ 171.849 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 139.257 em 2017). O método utilizado para a apuração do valor em uso foi o Método de Receita "Income Approach", mensurado através de projeções de fluxo de caixa descontados, a partir de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração durante um período de cinco anos.

A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa foi 11% em 31 de dezembro de 2018 (11,17% em 2017). Os fluxos de caixa para os períodos que excedem a cinco anos (perpetuidade) foram projetados pelo método de crescimento constante, utilizando uma taxa de crescimento de 3,8% em 31 de dezembro de 2019 (4% em 2017), limitados a inflação de longo prazo do Brasil. O estudo concluiu que o valor do ativo em uso desta UGC excede o valor contábil dos ativos geradores de caixa na data base da avaliação. O respectivo estudo tem como principais premissas: (a) margens projetadas; (b) taxas de desconto; (c) inflação e indicadores macro-econômicos; (d) dados de mercado, dentre outras premissas.

### 13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercado interno	<b>21.748</b>	14.651	<b>22.515</b>	15.473
Mercado externo	<b>62.296</b>	54.798	<b>62.296</b>	54.798
Partes relacionadas (nota 17.a / 17.b)	<b>213.501</b>	167.688	<b>213.501</b>	167.688
Contas a pagar de fornecedores	<b>297.545</b>	237.137	<b>298.312</b>	237.959
Parcela circulante	<b>205.604</b>	223.310	<b>206.361</b>	224.132
Parcela não circulante	<b>91.941</b>	13.827	<b>91.951</b>	13.827

No primeiro semestre de 2018, houve reclassificação no montante de R\$ 80.754 do passivo circulante para o passivo não circulante, em decorrência de negociações realizadas com fornecedores relevantes, especialmente em função da homologação do plano de recuperação extrajudicial, que alongaram os compromissos financeiros conforme mencionado na nota explicativa 1.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Capital de giro	185.142	260.874	204.674	271.343
Financiamentos	281.427	151.937	281.427	151.937
Arrendamentos financeiros	10.037	12.845	10.037	12.845
Debêntures	112.731	115.152	112.731	115.152
Total empréstimos e financiamentos	589.337	540.808	608.869	551.277
Parcela circulante	232.590	222.976	252.122	233.445
Parcela não circulante	356.747	317.832	356.747	317.832

Saldos por vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Em até 1 ano	232.590	222.976	252.122	233.445
De 1 a 3 anos	155.909	132.752	155.909	132.752
De 3 a 4 anos	188.345	64.754	188.345	64.754
De 4 a 5 anos	8.793	107.010	8.793	107.010
Acima de 5 anos	3.700	13.316	3.700	13.316
	589.337	540.808	608.869	551.277

Saldos por tipo de moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Reais	476.107	455.657	495.639	466.126
Dólares	113.230	85.151	113.230	85.151
	589.337	540.808	608.869	551.277

Taxa média de juros ao ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Capital de giro em moeda nacional	15,17%	15,88%	15,68%	16,07%
Capital de giro em moeda estrangeira	7,95%	9,25%	7,95%	9,25%
Financiamentos em moeda nacional	10,56%	10,89%	10,56%	10,89%
Financiamentos em moeda estrangeira	5,79%	7,10%	5,79%	7,10%
Debêntures em moeda nacional	10,39%	10,89%	10,39%	10,89%

No primeiro semestre de 2018, houve reclassificação no montante de R\$ 62.942 do passivo circulante para o passivo não circulante, especialmente em função da homologação do plano de recuperação extrajudicial, que alongaram os compromissos financeiros conforme mencionado na nota explicativa 1.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### Capital de giro

Essa rubrica representa obrigações da Companhia junto a instituições financeiras, em moeda nacional e estrangeira, para atendimento de compromissos assumidos junto a fornecedores e clientes, e aporte no fluxo de caixa financeiro.

#### Financiamentos

Entre as linhas de financiamento incluem-se os contratos firmados nas modalidades destinadas a investimento em máquinas, edificações e demais ativos imobilizados, dos quais destacam-se os seguintes contratos:

- I. Contrato firmado em 19 de outubro de 2010, no qual o Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., concede à TUPER S.A. através da emissão de 20 (vinte) Cédulas de Crédito à Exportação "CCEs", recursos correspondentes a U\$ 30.000. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados trimestralmente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 52.482, onde, após renegociado e estabelecido novo período de carência, prevê pagamentos trimestrais, sendo a última parcela em 25 de abril de 2022.
- II. Contrato firmado em 31 de março de 2011, no qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES concede a TUPER S.A. crédito corresponde a R\$ 60.496, destinado à instalação de uma nova unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos e modernização das instalações industriais. O contrato prevê algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros que são apurados anualmente no encerramento do exercício. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 28.901, tendo sido renegociado recentemente, e após novo período de carência prevê pagamentos mensais, sendo a última parcela em 15 de janeiro de 2024.

#### Debêntures

Em 13 de maio de 2013, a Companhia efetuou a distribuição pública da segunda emissão de debêntures simples, nominativa, escritural e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos no valor de R\$ 150.000. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados semestralmente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 112.773, onde, após renegociado e estabelecido novo período de carência, prevê pagamentos trimestrais, vencendo a última parcela em 15 de maio de 2021.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### Cláusulas restritivas “Covenants”

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não observou alguns limites de índices financeiros previstos em determinados contratos de empréstimos e financiamentos e na escritura das debêntures, sinalizando possível evento de vencimento antecipado no montante de R\$ 181.049. Entretanto, considerando a evolução das negociações, a Companhia optou em manter o montante registrado no passivo não circulante, conforme os termos previstos originalmente nos contratos.

Em 15 de janeiro de 2019, o Credit Suisse renunciou o seu direito de declarar o vencimento antecipado das cédulas de crédito de exportação com relação ao descumprimento dos índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, cujo valor registrado no passivo não circulante totaliza R\$ 46.796.

### 15. Parcelamentos tributários

Vencimento	Controladora		Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Parcelamento Lei 11.941/09	07/2024	39.388	44.931	39.388	44.931
Parcelamento Lei 12.996/14	10/2029	1.275	1.327	1.275	1.327
Parcelamento MP 766/17	03/2019	602	2.248	602	2.251
Parcelamento IRPJ	04/2022	-	-	603	-
Parcelamento CSLL	04/2022	-	-	346	-
Parcelamento INSS	03/2022	10.539	6.912	10.539	6.912
Parcelamento FGTS	05/2022	10.613	7.836	10.613	7.836
Parcelamento IPI	01/2022	2.951	-	2.951	-
Parcelamento ICMS	03/2027	4.447	4.920	4.893	5.780
Outros parcelamentos	-	1.085	1.429	1.086	1.428
Total de parcelamentos tributários		<b>70.900</b>	69.603	<b>72.296</b>	70.465
Parcela circulante		<b>16.005</b>	9.614	<b>16.383</b>	9.932
Parcela não circulante		<b>54.895</b>	59.989	<b>55.913</b>	60.533

Em face a forte retração do mercado e recessão instalada do país, no período de novembro de 2015 a julho de 2016, a Companhia não honrou com o pagamento de algumas parcelas do Programa Refis instituído pela Lei n.º 11.941/09. Em consequência, na data de 16 de abril de 2016, foi notificada pela Receita Federal de sua exclusão no programa de parcelamento especial.

## **Tuper S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **15. Parcelamentos tributários--Continuação**

Com o objetivo de garantir a sua reinclusão no programa de parcelamento, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança, tendo obtido liminar favorável em 18 de agosto de 2016, assegurando assim seu direito ao parcelamento. A Companhia realizou o pagamento das parcelas em aberto, teve os débitos reinseridos no programa de parcelamento e vem cumprindo suas obrigações pontualmente.

Em caso de insucesso da ação judicial, o montante atualmente devido no referido parcelamento teria um incremento estimado de aproximadamente R\$ 70 milhões, decorrente da recomposição dos valores de multa de mora/ofício e dos juros anteriormente anistiados quando da adesão da Companhia ao programa de parcelamento. No entanto, visto a sentença favorável proferida em primeira instância na data de 18 de maio de 2017, a Companhia tem expectativa de êxito na ação.

#### Programa de Regularização Tributária

Em 2017, a Companhia e suas Controladoras optaram pela adesão ao programa de regularização tributária, previsto na medida provisória nº 766/2017 e Lei 13.496/2017, com o objetivo de amortizar débitos tributários junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no montante aproximado de R\$ 50.000, através do pagamento de um percentual à vista e saldo liquidado com créditos provenientes de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de CSLL, no montante de R\$ 29.914. Os benefícios de redução de multa e juros impactaram as receitas financeiras do exercício. A consolidação dos débitos realizada em 2018 não apresentou efeitos relevantes nos montantes contabilizados.

A Administração da Companhia acompanha a edição de novos parcelamentos tributários nos órgãos Estaduais e Federais e realiza estudos constantes a fim de verificar as melhores oportunidades na gestão de seus débitos tributários.

### **16. Provisão para contingências**

A Companhia mantém provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Provisão para contingências--Continuação

	Controladora			Total
	Trabalhista	Cível	Tributária	
Em 31 de dezembro de 2016	2.682	2.403	21.222	26.307
Constituição de provisões	1.238	10.160	10.491	21.889
Reversão de provisões	(1.984)	(1.781)	(2.434)	(6.199)
Em 31 de dezembro de 2017	1.936	10.782	29.279	41.997
Constituição de provisões	<b>2.804</b>	<b>2.734</b>	<b>1.275</b>	<b>6.813</b>
Reversão de provisões	<b>(3.163)</b>	<b>(2.929)</b>	<b>(846)</b>	<b>(6.938)</b>
Em 31 de dezembro de 2018	<b>1.577</b>	<b>10.587</b>	<b>29.708</b>	<b>41.872</b>
Depósitos judiciais vinculados	<b>(720)</b>	<b>(12)</b>	-	<b>(732)</b>
Saldo líquido	<b>857</b>	<b>10.575</b>	<b>29.708</b>	<b>41.140</b>

  

	Consolidado			Total
	Trabalhista	Cível	Tributária	
Em 31 de dezembro de 2016	2.701	2.417	21.424	26.542
Constituição de provisões	1.748	10.283	10.583	22.614
Reversão de provisões	(2.057)	(1.797)	(2.435)	(6.289)
Em 31 de dezembro de 2017	2.392	10.903	29.572	42.867
Constituição de provisões	<b>3.627</b>	<b>2.740</b>	<b>1.287</b>	<b>7.654</b>
Reversão de provisões	<b>(3.306)</b>	<b>(2.928)</b>	<b>(873)</b>	<b>(7.107)</b>
Em 31 de dezembro de 2018	<b>2.713</b>	<b>10.715</b>	<b>29.986</b>	<b>43.414</b>
Depósitos judiciais vinculados	<b>(826)</b>	<b>(12)</b>	-	<b>(838)</b>
Saldo líquido	<b>1.887</b>	<b>10.703</b>	<b>29.986</b>	<b>42.576</b>

Os depósitos judiciais não vinculados às contingências estão no aguardo de alvará de levantamento judicial totalizando R\$ 1.305 (Controladora) e R\$ 1.315 (Consolidado) em 31 de dezembro de 2018.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Provisão para contingências--Continuação

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

a) Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são acionadas em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Cabe ressaltar que uma boa parte dessas demandas foram originadas na Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda., em períodos anteriores à aquisição pela TUPER, bem como, recentemente com o desligamento de funcionários em maior quantidade devido a reestruturação da estrutura organizacional.

b) Contingências cíveis

Correspondem a processos de natureza cível, além de outras causas de menor valor, destaca-se um processo de valor em torno de R\$ 8.000 registrado no último trimestre de 2017, cuja expectativa é de responsabilidade da TUPER pela indenização no montante citado.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2018 ocorreu a finalização de uma ação no valor de R\$ 1.873, garantida com depósito judicial no valor de R\$ 1.667, sendo este convertido em favor da parte contrária à Tuper.

c) Contingências tributárias

O montante de R\$ 29.980 em 31 de dezembro de 2018 refere-se a diversas ações sendo discutidas na esfera jurídica.

*Causas classificadas como "possíveis"*

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como "possíveis".

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ações trabalhistas	2.048	10.613	2.542	11.031
Ações cíveis	18.582	17.673	18.592	17.673
Ações tributárias	292.970	262.627	293.145	263.115
Total de perdas possíveis	313.600	290.913	314.279	291.819

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Provisão para contingências--Continuação

#### c) Contingências tributárias--Continuação:

*Causas classificadas como “possíveis”--Continuação:*

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, em linha com requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. O departamento jurídico faz o acompanhamento dos processos da Companhia e a cada trimestre realiza a atualização formal da atual situação dos processos através de relatórios emitidos por seus consultores externos.

As ações trabalhistas referem-se a diversas causas com valores individuais não relevantes.

Nas ações cíveis destacam-se algumas causas referentes a passivos originados da aquisição da Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda., a qual foi incorporada pela Tuper em 2012 e outras referentes a ações de ordem indenizatória.

As ações tributárias referem-se principalmente a notificações da Secretaria de Estado da Fazenda e da Receita Federal do Brasil, as quais estão sendo discutidas, em sua maioria, na esfera administrativa. Destaca-se um processo no montante aproximado de R\$ 133.000, relativo a notificação da Receita Federal do Brasil, com relação a dedutibilidade da despesa com amortização de ágio oriundo da incorporação da empresa TS Administração e Participações Ltda., ocorrida em fevereiro de 2004, com repercussão na apuração do IRPJ e CSLL, sendo discutido na esfera jurídica.

Ainda, em decorrência dos fatos descritos na nota explicativa nº 15, foram considerados R\$ 70.000 em caso de insucesso da discussão judicial acerca do tema Programa de Parcelamento Refis.

#### *Contingência ativa*

A Companhia é autora de ações em que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, tema este julgado em repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal em 15/03/2017, o qual decidiu sobre a impossibilidade de considerar o ICMS como elemento integrante do conceito de faturamento, e nessa condição como base tributável para as contribuições sociais ao PIS e à COFINS, determinando que os tribunais de origem exercessem o seu juízo de retratação em demandas desta natureza.

Em 31/10/2018 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional opôs embargos de declaração em face da decisão do STF pleiteando a modulação dos efeitos de tal julgamento, o qual até o presente momento está aguardando apreciação pelo STF.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Provisão para contingências--Continuação

c) Contingências tributárias--Continuação:

*Contingência ativa--Continuação*

Em 24/10/2018 a Companhia obteve êxito em segunda instância, por unanimidade, da ação ingressada em 2006, em sede de juízo de retratação. Tal decisão evidencia a dispensa do trânsito em julgado do acórdão paradigma ou mesmo a solução de pleito para modulação de efeitos, assegurando o direito da Companhia, após o trânsito em julgado de sua ação, em não ser exigido o recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre a parcela correspondente ao ICMS, bem como o levantamento dos valores recolhidos indevidamente desde outubro de 2001.

O direito de compensar os referidos créditos se tornará possível a partir do trânsito em julgado da ação singular, aplicando-se na atualização dos valores reputados indevidos a taxa Selic incidente até a efetiva compensação. Os valores recolhidos a maior, atualizados até a data destas demonstrações financeiras totalizam R\$ 146.600, além do direito à recomposição de saldo da conta gráfica do PIS e da COFINS no montante de R\$ 10.000.

Com base na avaliação da Administração, em linha com o requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia aguarda o trânsito em julgado desta ação para reconhecimento dos créditos tributários apurados no montante estimado de R\$156.600 no contexto atual. Quando do reconhecimento dos créditos nas demonstrações financeiras da Companhia, se mantido o cenário atual de decisões, resultará em impacto no resultado e patrimônio líquido no montante estimado de R\$ 101.400.

### 17. Transações entre partes relacionadas

a) Transações registradas na Controladora

Em suas atividades as empresas do Grupo realizam operações de compra e venda entre a TUPER e suas Controladas, sendo 7 subsidiárias integrais, que geram direitos e obrigações e tem os efeitos eliminados na consolidação do Grupo. As transações oriundas de operações de compra e venda de insumos e produtos são efetuadas em condições acordadas entre as partes.

A Companhia mantém contrato de mútuo com sua Controladora Tuper Participações S.A., o qual foi aditado em 3 de abril de 2017, suspendendo a cobrança de encargos financeiros, tendo recolhido o IOF calculado com base no novo vencimento. O saldo do mútuo com a Controladora será liquidado com retenção de dividendos oriundos de resultados futuros, conforme previsto no plano de negócios da Companhia.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Transações entre partes relacionadas--Continuação

#### a) Transações registradas na Controladora--Continuação

Em 6 de outubro de 2016 a Companhia recebeu investimento da empresa Armar Comércio Importação e Exportação Ltda., subsidiária da ArcelorMittal Brasil S.A., com a qual a TUPER mantém contrato de fornecimento de suas principais matérias-primas. As operações realizadas entre as partes são efetuadas a preços de mercado.

Os saldos abaixo apresentados referem-se as operações entre partes relacionadas existentes no balanço patrimonial da controladora.

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Contas a receber de Controladas (nota 6)	<b>9.170</b>	12.382
Contas a receber de ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 6)	<b>737</b>	907
Contrato de mútuo com a Controladora Tuper Participações S.A.	<b>177.473</b>	177.473
Total Ativos com partes relacionadas	<b>187.380</b>	190.762
Contas a pagar para ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 13)	<b>213.501</b>	167.688
Total Passivos com partes relacionadas	<b>213.501</b>	167.688

#### b) Transações sem eliminação no Consolidado

Os saldos abaixo apresentados referem-se as operações entre partes relacionadas existentes no balanço patrimonial consolidado.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Contas a receber de ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 6)	<b>737</b>	907
Contrato de mútuo com a Controladora Tuper Participações S.A.	<b>177.473</b>	177.473
Total Ativos com partes relacionadas	<b>178.210</b>	178.380
Contas a pagar para ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 13)	<b>213.501</b>	167.688
Total Passivos com partes relacionadas	<b>213.501</b>	167.688

#### c) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2018 a administração da Companhia era composta por 5 membros do Conselho de Administração e 2 Diretores Estatutários (2 Diretores em 31/12/2017). O total da despesa com remuneração e participação nos resultados a esses profissionais no exercício acumulado até dezembro de 2018 foi R\$ 2.852 (R\$ 2.810 em 31 de dezembro de 2017).

## **Tuper S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Transações entre partes relacionadas--Continuação**

#### d) Avais e garantias

A Tuper mantém operações de aval e garantia entre partes relacionadas, em contratos com instituições financeiras.

Os avais e garantias concedidas em favor de FB Participações Ltda. e Steelmast Metalúrgica Ltda., empresas controladas pelo Diretor Presidente da Companhia, perfazem uma exposição de aproximadamente R\$ 22.000.

#### e) Outros

A Companhia possui empréstimos no montante total de R\$ 30.933 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 32.230 em 31 de dezembro de 2017) junto a Santinvest S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, sendo que essa instituição financeira é pertencente ao grupo econômico do antigo presidente do Conselho de Administração da Companhia, cujo mandato se encerrou em 21 de fevereiro de 2018. As taxas e condições acordadas entre as partes são as mesmas de mercado.

### **18. Patrimônio líquido**

#### a) Capital social

O capital social, pertencente aos acionistas, todos domiciliados no País, é de R\$ 175.000, dividido em 390.154 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R\$ 175.000 em 31 de dezembro de 2017, dividido em 390.154 ações da mesma natureza).

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06 de outubro de 2016 a Companhia emitiu 156.062 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante capitalização de direitos creditórios detidos pela empresa Armar Comércio Importação e Exportação Ltda. em face da Emissora no valor de R\$ 129.000, dos quais R\$ 25.000 foram integralizados no capital social e R\$ 104.000 destinados à reserva de capital – ágio na subscrição de ações.

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Patrimônio líquido--Continuação

#### b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao custo atribuído ao ativo imobilizado registrado na data de transição ao IFRS, que está sendo realizado contra a conta de Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi realizado o montante de R\$ 2.532, líquido dos impostos (R\$ 2.852 em 31 de dezembro de 2017). O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 37.262 (R\$ 39.794 em 2017).

#### c) Dividendos – Controladora

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra “b” do artigo 36 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 com alterações da lei nº 10.303/01.

### 19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Venda de produtos – Mercado interno	<b>822.958</b>	658.418	<b>880.410</b>	705.282
Venda de produtos – Mercado externo	<b>247.219</b>	245.227	<b>247.219</b>	245.227
Industrializações por encomenda	<b>58.968</b>	53.201	<b>58.968</b>	53.201
Venda de resíduos	<b>19.388</b>	8.319	<b>19.390</b>	8.321
Receita operacional bruta	<b>1.148.533</b>	965.165	<b>1.205.987</b>	1.012.031
Devoluções de vendas	<b>(36.566)</b>	(22.653)	<b>(37.318)</b>	(23.003)
Impostos sobre vendas	<b>(206.875)</b>	(173.987)	<b>(180.203)</b>	(148.661)
Receita operacional líquida	<b>905.092</b>	768.525	<b>988.466</b>	840.367

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Custos e despesas operacionais por função e natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custos dos produtos/serviços vendidos	<b>(749.796)</b>	(641.172)	<b>(779.282)</b>	(666.798)
Despesas com vendas	<b>(95.994)</b>	(84.551)	<b>(118.543)</b>	(104.601)
Despesas gerais e administrativas	<b>(26.369)</b>	(40.700)	<b>(27.390)</b>	(42.003)
Outras receitas e despesas	<b>(6.549)</b>	(50.125)	<b>(7.483)</b>	(50.854)
Total das despesas por função	<b>(878.708)</b>	(816.548)	<b>(932.698)</b>	(864.256)

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custos dos estoques	<b>(661.382)</b>	(554.109)	<b>(690.869)</b>	(579.735)
Salários e benefícios a empregados	<b>(93.619)</b>	(96.158)	<b>(98.960)</b>	(101.987)
Depreciação e amortização	<b>(27.703)</b>	(29.502)	<b>(27.921)</b>	(29.739)
Demais despesas	<b>(96.004)</b>	(136.779)	<b>(114.948)</b>	(152.795)
Total das despesas por natureza	<b>(878.708)</b>	(816.548)	<b>(932.698)</b>	(864.256)

### 21. Outras receitas e despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos tributários	<b>3.200</b>	10.502	<b>3.210</b>	10.502
Provisão para contingências	<b>1.511</b>	(15.690)	<b>854</b>	(16.324)
Indenizações em processos judiciais	<b>(6.639)</b>	(3.665)	<b>(6.976)</b>	(3.784)
Ociosidade industrial	<b>(1.223)</b>	(26.925)	<b>(1.223)</b>	(26.925)
Impairment intangível	-	(10.750)	-	(10.750)
Demais receitas e despesas	<b>(3.398)</b>	(3.597)	<b>(3.348)</b>	(3.573)
Total de outras receitas e despesas	<b>(6.549)</b>	(50.125)	<b>(7.483)</b>	(50.854)

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas financeiras</b>				
Variação cambial ativa	<b>32.810</b>	14.646	<b>32.810</b>	14.646
Juros sobre mútuos	<b>39</b>	5.365	<b>39</b>	5.365
Juros recebidos	<b>591</b>	627	<b>764</b>	786
Reduções Lei 13.496/2017	-	11.324	-	12.312
Outras receitas financeiras	<b>504</b>	931	<b>624</b>	989
	<b>33.944</b>	32.893	<b>34.237</b>	34.098
<b>Despesas financeiras</b>				
Variação cambial passiva	<b>(54.745)</b>	(17.926)	<b>(54.745)</b>	(17.926)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>(61.987)</b>	(80.141)	<b>(65.810)</b>	(80.550)
Juros sobre pagamentos em atraso	<b>(18.291)</b>	(5.472)	<b>(18.295)</b>	(5.485)
Juros sobre parcelamento de tributos	<b>(4.775)</b>	(10.364)	<b>(4.802)</b>	(11.079)
Multas sobre pagamentos em atraso	<b>(1.568)</b>	(5.258)	<b>(1.749)</b>	(5.683)
Despesas AVP de fornecedores	<b>(739)</b>	(884)	<b>(739)</b>	(884)
Imposto sobre operações financeiras	<b>(1.292)</b>	(1.397)	<b>(1.293)</b>	(1.400)
Outras despesas financeiras	<b>(7.496)</b>	(4.354)	<b>(8.134)</b>	(5.441)
	<b>(150.893)</b>	(125.796)	<b>(155.567)</b>	(128.448)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(116.949)</b>	(92.903)	<b>(121.330)</b>	(94.350)

### 23. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e conciliação com o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes dos impostos	<b>(69.525)</b>	(117.589)	<b>(65.562)</b>	(118.239)
Alíquota nominal	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal	<b>23.639</b>	39.980	<b>22.291</b>	40.201
Efeito sobre diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	<b>7.154</b>	7.935	-	-
Diferença de alíquota em controladas (Lucro Real x Lucro Presumido)	-	-	<b>4.542</b>	4.333
Liquidação de débitos fiscais com créditos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	-	25.883	-	29.914
Outros ajustes	<b>(3.236)</b>	(3.021)	<b>(3.239)</b>	(3.021)
Prejuízo fiscal para os quais não foram constituídos impostos diferidos	<b>(30.457)</b>	(41.094)	<b>(30.457)</b>	(41.094)
IRPJ e CSLL no resultado	<b>(2.900)</b>	29.683	<b>(6.863)</b>	30.333
Imposto corrente	-	-	<b>(3.959)</b>	(3.381)
Imposto diferido	<b>(2.900)</b>	29.683	<b>(2.904)</b>	33.714

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Diferença temporária – Leasing	213	616	213	616
Diferença temporária - Custo atribuído	(18.436)	(19.719)	(18.436)	(19.719)
Diferença temporária - Impairment	1.921	2.090	1.921	2.090
Diferença temporária - Vida útil	(28.705)	(22.598)	(28.705)	(22.598)
Diferença temporária – Provisões	20.996	30.957	20.996	30.957
Prejuízos fiscais e Base Negativa de CSLL	130.715	117.582	130.715	117.582
Diferença temporária - Bens reavaliados	(501)	(515)	(501)	(515)
Diferença temporária – Ágio	(39.857)	(39.857)	(39.857)	(39.857)
Total dos impostos diferidos – ativo não circulante	66.346	68.556	66.346	68.556

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas. Com relação aos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a administração estima que deverão ser realizados num período de aproximadamente dez anos, conforme plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. A partir do último trimestre de 2016 a Companhia voltou a reconhecer parcialmente novos ativos diferidos em função da sua expectativa de realização.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui um saldo de aproximadamente R\$ 116 milhões não registrados de Ativo Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL (R\$ 86 milhões em 31 de dezembro de 2017).

### 24. Cobertura de seguros

A TUPER trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador.

As apólices de seguro são emitidas apenas em companhias de seguro de grande porte que possam atender a TUPER nas localidades aonde possuímos operações.

Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

## Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas --Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Cobertura de seguros--Continuação

<b>Modalidade</b>	<b>Objeto</b>	<b>Cobertura</b>
Seguro compreensivo	Veículos	Tabela Fipe + VMR 110%
Cobertura básica	Patrimonial	100%, com limite de R\$100 milhões por sinistro
Responsabilidade civil	Danos morais e materiais	R\$30 milhões
Risco coberto	Transportes nacionais	100%, com limite de R\$900 mil por carga
Risco coberto	Transportes internacionais	100%, com limite de US\$ 500 mil por carga

### 25. Prejuízo por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do prejuízo básico e diluído por não possuir ações ordinárias com potencial dilutivo:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	<b>(72.425)</b>	(87.906)
Média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (ações)	<b>390.154</b>	390.154
Prejuízo básico e diluído por ação – em reais (R\$)	<b>(185,63)</b>	(225,31)

A quantidade média ponderada de ações é o número de ações ordinárias totais no início do exercício, ajustado pelo número de ações ordinárias emitidas durante o exercício e multiplicado por fator ponderador de tempo. O fator ponderador de tempo é o número de dias que as ações totais estão com os acionistas como proporção do número total de dias do exercício.